



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Direito / Relações Internacionais

LUCAS BARBOSA COUTINHO

O Impacto da diplomacia cultural na longevidade da política externa brasileira e no fomento do comércio internacional: uma perspectiva da interdependência complexa de Keohane e Nye.

**BRASÍLIA
2021**

LUCAS BARBOSA COUTINHO

O Impacto da diplomacia cultural na longevidade da política externa brasileira e no fomento do comércio internacional: uma perspectiva da interdependência complexa de Keohane e Nye.

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Professor(a) Luciano da Rosa Muñoz

**BRASÍLIA
2021**

LUCAS BARBOSA COUTINHO

O Impacto da diplomacia cultural na longevidade da política externa brasileira e no fomento do comércio internacional: uma perspectiva da interdependência complexa de Keohane e Nye.

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Professor(a) Luciano da Rosa Muñoz

BRASÍLIA, DE 2021

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

O Impacto da diplomacia cultural na longevidade da política externa brasileira e no fomento do comércio internacional: uma perspectiva da interdependência complexa de Keohane e Nye.

Lucas Barbosa Coutinho

Resumo:

O presente trabalho tem como foco a busca por expor a relação entre diplomacia cultural e o comércio internacional. O marco teórico escolhido é a teoria da interdependência complexa desenvolvida por Robert Keohane e Joseph Nye. Para descrever melhor essa relação, tal foi utilizada pesquisa bibliográfica e qualitativa, foi observado com a análise de três casos concretos de diplomacia cultural seu conceito e sua relação com a área econômica, este último pode ser aferido principalmente com o Ano do Brasil na França e seu sucessor, o da França no Brasil. Ao final foi possível observar que a relação é de fato mútua.

Abstract:

The present work focuses on the search to expose the relationship between cultural diplomacy and international trade. The theoretical framework chosen is the complex interdependence theory developed by Robert Keohane and Joseph Nye. To better describe this relationship, it was used bibliographic and qualitative research, it was observed with the analysis of three concrete cases of cultural diplomacy its concept and its relation with the economic area, the latter can be gauged mainly with the Year of Brazil in France and his successor, that of France in Brazil. In the end, it was possible to observe that the relationship is in fact mutual.

Palavras-chave:

Diplomacia cultural – Política Externa – Interdependência Complexa – Brasil – França – Estados Unidos

Sumário:

Introdução – 1. Conceituando Cultura e Diplomacia Cultural – 2. A Interdependência Complexa – 3. Estudos de Caso – 3.1 O caso francês – 3.2 O Caso dos Estados Unidos – 3.3 O Caso Brasileiro – 4. Conclusão

Introdução

A importância das relações internacionais, desde o fim da primeira guerra foi crescendo exponencialmente, naquela época era marcada por debates cujo foco da agenda internacional se dava com a proteção do Estado em termos da segurança internacional. Esse era o chamado primeiro debate das relações internacionais. No século XXI esse debate se expandiu para a sociedade civil, e com ela, novas preocupações para as relações internacionais surgiram, a agenda internacional sofreu mudanças e outras abordagens teóricas sobrepuseram-se às antigas para explicar seus movimentos, visto que as asserções feitas pelos teóricos do primeiro debate não eram mais suficientes para explicar os movimentos do mundo. Os debates neorrealistas e neoliberalistas surgiram com a intenção de fazê-lo de maneira mais assertiva, com isso, a interdependência complexa proposta por Joseph Nye e Robert Keohane surge para explicar como o cenário internacional hoje se molda e porque o faz.

O trabalho é, em linhas gerais, um esforço para contribuir com a atualização de um dos temas com maior amplitude dentro da agenda internacional, as discussões sobre cultura e economia criativa bem como as discussões sobre diplomacia cultural que são áreas com bastante aprofundamento no mundo, mas poucos trabalhos publicados no Brasil, buscam tentar responder a pergunta de como esses temas podem se relacionar e como o Estado pode se beneficiar em relação ao uso das potencialidades da cultura. Em especial é tratado sobre as bases da diplomacia cultural, com casos de países com tradições muito antigas em relação às práticas, como Estados Unidos e França e, em contrapartida é demonstrado também o caso brasileiro, muito mais recente, com o exemplo do Ano do Brasil na França como prática diplomática e comercial para aproximação do país com as agendas internacionais. É pensado também a forma relacional do conceito de vulnerabilidade proposto por Keohane e Nye em relação a mudanças de postura gerados pelo exemplo brasileiro. Foi utilizada pesquisa bibliográfica e coleta de dados qualitativos na pesquisa, com os principais autores sendo Edgard Telles Ribeiro, Robert Keohane, Joseph Nye, Mônica Leite Lessa e Hugo Rogelio Suppo.

1. Conceitualização da Diplomacia Cultural.

Primeiramente, faz-se necessário estabelecer um ponto de partida comum, definindo alguns termos cruciais como cultura e Diplomacia Cultural, este primeiro definiremos de maneira ampla, como Ribeiro (2011) fez em seu livro:

[...] Uma cultura é a soma de hábitos, costumes e realizações de um indivíduo, uma comunidade, um povo, ao longo de sua história. Essas realizações por sua vez cobrem todos os campos da atividade humana, das artes à ciência, da tecnologia ao folclore, da política à religião, da saúde ao esporte, do comércio ao lazer. (RIBEIRO, 2011 p. 29).

Aqui vemos a cultura como um fenômeno que é praticado a todo instante por pessoas dentro de uma sociedade. Ribeiro deixa claro que todo ser dentro da sociedade é um ser que gera cultura e da mesma forma diz Marcel Merle (1985 p.1) que amplia ainda mais a definição indicando que a cultura gerada pelos seres torna possível a identidade coletiva: "A cultura é um conjunto de sistemas de valores e representações que determinam o comportamento dos membros de um grupo permitindo que esse grupo afirme sua identidade". Motta (1996 p.84) concorda com as definições mostradas acima, afirmando que a identidade está intrinsecamente ligada à cultura, "conjunto complexo constituído pela linguagem, comportamento, valores, crenças, representações e tradições partilhados por determinado grupo humano e que lhe conferem identidade".

Essas definições, mais amplas e mais simples podem parecer explicar pouco, principalmente se levar em conta as definições propostas por estudiosos da antropologia, porém esse é precisamente o objetivo. Ribeiro explica que com essa abordagem mais simplista do termo cultura se faz entender que todo ato da sociedade humana é um ato cultural:

[...] A opção por uma definição abrangente se fundamenta no pensamento de que a suprema manifestação de uma sociedade é a forma como ela vive, seus hábitos e costumes, seu legado para as gerações futuras, e é nesse plano mais geral que a diplomacia cultural deve ser inserida (RIBEIRO, 2011 p. 29)

A cultura, por ser a suprema manifestação da sociedade é gerada por seus indivíduos e influencia todas as decisões da vida cotidiana, criando referências coletivas sobre o que é importante e o que não é, sendo o último deixado de lado pela sociedade, Menezes (2011) explica que as decisões políticas, econômicas e comportamentais passam por filtros culturais estabelecidos pelo imaginário coletivo de uma sociedade, decisões no âmbito social, comportamental, econômico e político passam, necessariamente, pelo tipo de cultura estabelecido em uma sociedade, em relação às identidades circulantes e aos imaginários existentes. A partir da formação de referências coletivas direciona o olhar da comunidade para aquilo que deve ser considerado importante e, por isso, deve ser valorizado, em contraposição ao que ocupa um plano marginal no referencial coletivo.

Bijus e Arruda buscaram explicar o papel do Estado em relação as atividades culturais segundo as autoras essas atividades são importantes pois “podem desempenhar um papel importante na superação de barreiras na promoção de cooperação e na redução de desconfianças mútuas” e completam com a evidência do objetivo do Estado em relação ao fator cultural:

Torna-se evidente [...] que a procura por ampliar essas avenidas espontaneamente abertas pelos homens, multiplicando suas interligações culturais e por meio delas, prover novas ideias a seus cidadãos, impor novos produtos e perspectivas de alianças supranacionais. (BIJUS; ARRUDA, 2010 p.36)

Ribeiro (2011 p.31) ainda afirma que a reciprocidade é a melhor abordagem para a cultura no cenário internacional, pois “[u]ma resistência em metodologias unilaterais de difusão cultural poderia levar ao que certos autores identificam como formas de auto hipnose”.

As relações entre as culturas ao redor do mundo são chamadas de relações culturais internacionais, e segundo Ribeiro tem como objetivo ampliar a compreensão e aumentar a aproximação dos países por meio do benefício mútuo, nesse sentido, as decisões tomadas no cenário internacional, são um reflexo da identidade nacional e da vontade de um povo, porém, essas trocas culturais são realizadas a todo instante na história, sem necessariamente a interferência do Estado. É nesse sentido que a diplomacia e a diplomacia cultural se encaixam.

A diplomacia, um campo importante para as relações internacionais, também precisa ser conceituada, segundo o Dicionário de política de Bobbio (1998 p. 348) Diplomacia é “a condução das relações internacionais através de negociações; O método através do qual estas relações são reguladas e mantidas por embaixadores e encarregados; o ofício ou a arte do diplomata.”

No passado a diplomacia era muito ligada a questões de soberania do Estado, e esse era seu único ator, o que coincide com a agenda do primeiro debate das relações internacionais; as agendas dos Estados rodavam na esfera da segurança e da defesa. Segundo Rozental e Buenrostro (2013 p. 2) "The art of diplomacy was exercised by a single player, the nation state, with defined rules [...] Results were measured by the number of agreements signed, the number of conflicts avoided or resolved, and the number of contacts between diplomats and host country players."

A diplomacia sofre mudanças e com isso se moderniza radicalmente, ganha um caráter mais público, e conseqüentemente mais transparente, esse caráter mais público, cria um nicho chamado Diplomacia Pública, que pode ser classificada, segundo Butler e Leonard (2002)

O propósito da diplomacia pública é influenciar a opinião nos países alvo para ser mais fácil para o governo, as empresas e outras organizações alcançarem seus objetivos. A imagem em geral do país em consideração é de grande importância [...]. Na maior parte dos países uma postura amplamente internacionalista será positiva. Uma busca estreita e aberta de interesses nacionais em detrimento de outros será negativa (...). (BUTLER, 2002, apud LEONARD, 2002, p. 1)

A diplomacia pública está ligada as teorias mais modernas, Nicholas Cull, afirma que a diplomacia pública enfrenta novos desafios, ao mesmo tempo que tem novas plataformas para se lançar, e está muito ligada aos conceitos de *soft power* desenvolvidos por Joseph Nye

Public diplomacy refers to: a new context (more voices); new players (NGOs and more powerful individuals); new methods (Internet); new directions (horizontal); new challenges (one world); new vocabulary (branding); new limits (partnerships); new theory (soft power). (apud ROZENTAL; BUENROSTRO. 2013 p. 2)

A diplomacia pública estaria bem mais próxima da essência do *soft power* por depender da atração de outros países e não de sua coerção por força bruta ou econômica. Jan Melissen (2013) explica as diferenças entre a diplomacia moderna e a diplomacia tradicional

While traditional diplomatic practice is associated with actors involved in largely invisible processes of international relations, public diplomacy is about diplomatic engagement with people. Public diplomacy is, then, an instrument used by states, associations of states, and some sub-state and non-state actors to understand cultures, attitudes, and behaviour; build and manage relationships; and influence thoughts and mobilize actions to advance their interests and values. (MELISSEN, 2013. p. 1)

Micheal Butler, representante da Grã-bretanha na União Europeia em 1996 explica, conforme citado que o papel da diplomacia pública é o de ajudar na construção da imagem do país junto a outros países e suas populações com os quais tem relação ou deseja ter. A diplomacia pública neste caso, tem um papel importante não somente para o Estado, mas também para os entes privados que se beneficiam economicamente das relações positivas entre os Estados. Nicholas Cull (2008) classifica a diplomacia pública em cinco estágios, pesquisa de opinião (escuta), defensoria (advocacy), diplomacia cultural, intercâmbios estudantis e radiodifusão internacional.

A diplomacia cultural como ramo da diplomacia pública, é abrangente, com um caráter mais transparente e com a ajuda de forças fora do Estado, as várias formas de arte, para cumprir seus objetivos que não são necessariamente culturais, mas que podem variar de acordo com a necessidade do Estado.

O Parlamento Britânico, em seu relatório de 1987 para a comissão de relações exteriores demonstra que o uso da diplomacia cultural não tem um objetivo próprio, mas que esse varia de acordo com a necessidade que o Estado tem.

We conclude, therefore, that cultural diplomacy, as we understand it, is not pursued by the foreign office for its own sake, but only as an instrument by which the pursuit of other diplomatic activities may be assisted (House of Commons, Cultural Diplomacy. Session 1986-1987, p. IV)

Usar a cultura para deixar mais brandas as relações entre os países não é algo novo, embora tenha ganhado um maior destaque tanto entre *decision-makers* quanto entre acadêmicos em anos recentes. Gomes (2015) afirma que desde a década de 1980, autores têm identificado e concedido maior atenção à importância que a cultura pode representar dentro do cenário global.

A cultura em sua forma bruta, ou seja, o fenômeno da cultura, dentro do cenário internacional é identificada como as trocas realizadas naturalmente entre as pessoas e é chamada de relações culturais internacionais. Já sua forma "institucionalizada" que toma proveito das relações já estabelecidas naturalmente e explora para conseguir atrair os países para fazer suas vontades, pode ser chamada de Diplomacia Cultural, que segundo Cull (2008) é entendida como

A tentativa de um país gerir o ambiente internacional para promover seus recursos culturais e conquistas históricas [...] as ações desse instrumento de diplomacia pública também envolvem promoção de exposições de artes plásticas e objetos arqueológicos, organização de mostras de teatro e cinema, ademais de concertos de músicos eruditos ou populares e folclóricos. (CULL, 2008, p. 33)

Ribeiro, em consonância com o parlamento britânico e Cull, afirma que a diplomacia cultural, é utilizada como plataforma, ou assistente de outras políticas: “a diplomacia cultural, por sua vez, seria a utilização específica de relações culturais para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural como também política, comercial ou econômica” (RIBEIRO, 2011, p. 33)

La Porte (2006, p. 3), de maneira semelhante, frisa que a manifestação cultural de um país é a melhor forma de representar a nação, e explica que, a diplomacia cultural vê seu êxito quando alcança confiança entre os atores internacionais tornando possível a criação de programas que beneficiem mutuamente os Estados.

A Diplomacia Cultural se fundamenta no convencimento de que as manifestações culturais são o que melhor representa uma nação. Seu êxito depende da possibilidade de gerar um clima de confiança através do desenvolvimento da capacidade de escutar os outros, do reconhecimento do valor de outras culturas, de mostrar um desejo sincero de aprender e aplicar programas que realmente facilitem a comunicação equitativa em ambas as direções.

O intercâmbio que a diplomacia cultural possibilita torna possível a maior aproximação entre Estados promovendo a cooperação e extinguindo desconfianças mútuas. Em qualquer outro cenário onde a cultura não fosse utilizada para amenizar essas desconfianças, um clima de inimizades surgiria nessas relações estatais e dificultaria assim, toda forma de aproximação ou negociação entre os países. Quando dizemos isso, falamos das relações formais, obviamente, visto que, mesmo durante a Guerra Fria por exemplo, músicos afro-americanos de Jazz tocavam na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o que possibilitou uma visão mais complexa sobre os EUA para os oficiais socialistas.

One common example of this is travel by American jazz musicians to the Soviet Union during the cold war. Soviet officials and citizens had a reductionist understanding of the United States. However, encountering African-American musicians who spoke openly and critically of the racial history of the United States, while simultaneously celebrating a quintessentially American musical form and expressing their pride as Americans, complicated the Soviet view of the United States. (GOFF, 2013, p. 3)

Esse exemplo trazido por Patricia M. Goff demonstra bem como é possível utilizar a diplomacia cultural para amenizar desconfianças, com essa ida dos músicos americanos, a visão dos oficiais e dos cidadãos que viam eles tocarem e falar abertamente sobre a série de problemas raciais que os EUA tinham mudado, tornou-se mais complexa. Em uma ação puramente estatal, através de comunicados oficiais isso muito provavelmente não aconteceria e a visão desses soviéticos não mudaria de maneira nenhuma.

Cultural diplomacy can provide context for policy decisions or official actions, it can humanize. Official lines of communication can transmit a one-dimensional message. Cultural diplomacy opens up other lines of communication that can supplement and complicate the official message or the prevailing image (GOFF, 2013, p. 2)

No relatório do departamento de Estado dos EUA chamado "*Cultural Diplomacy: the linchpin of public diplomacy*" podemos ver como a diplomacia cultural é vista aos olhos estadunidenses como uma criadora de confiança, confiança essa utilizada por tomadores de decisão para criar acordos políticos, econômicos, militares entre outros.

[A Diplomacia cultural] helps create a ‘foundation of trust’ with other peoples, which policy makers can build on to reach political, economic, and military agreements . . . demonstrates our values . . . creates relationships with peoples, which endure beyond changes in government; can reach influential members of foreign societies who cannot be reached through traditional embassy functions; provides a positive agenda for cooperation in spite of policy differences; creates a neutral platform for people-to-people contact; serves as a flexible, universally acceptable vehicle for rapprochement with countries where diplomatic relations have been strained or are absent; . . . counterbalances misunderstanding, hatred, and terrorism. (Us Department of State, *Cultural diplomacy: The linchpin of Public Diplomacy*. 2005., p. 1)

A posição exploratória do Estado em relação as conexões culturais internacionais geradas por indivíduos já abordada nesse capítulo será mais bem explorada no seguinte capítulo, onde demonstraremos a experiência internacional de outros países e do Brasil na esfera cultural.

2. A Interdependência complexa

Estabelecidos os termos básicos para a discussão, devemos agora nos aprofundar no marco teórico, a interdependência complexa para termos discussões mais elaboradas acerca do tema da diplomacia cultural e seus impactos.

Para Robert Keohane e Joseph Nye, que elaboraram a teoria em 1977, a interdependência complexa tem primazia no sistema internacional atual e é desenvolvida a partir de múltiplas redes de interações tangíveis e intangíveis, que eliminam a hierarquia política entre *high politics* (questões de âmbito estratégico-militar) e *low politics* (questões econômicas, sociais e culturais), dessa forma tornando o uso da força militar menos provável quando a relação é interdependente e de interesse do Estado, dessa forma o Estado passa a interagir com outros atores não-estatais e sub-estatais, embora ainda mantenha sua importância, fica estabelecido entre os atores um complexo leque de relações interdependentes de caráter assimétrico.

Desse modo a vulnerabilidade e a sensibilidade dos agentes é determinada pela configuração de força em cada situação particular. A sensibilidade, segundo os autores se refere ao grau de responsividade de um contexto político, ou seja, o quão rápido as mudanças em um

país podem afetar outro, e quão caro seriam os efeitos dessa mudança. Já a vulnerabilidade, ainda segundo os autores, seria o ponto principal da análise política da dependência mútua, essa reside no fato das alternativas, da disponibilidade e do custo que os atores enfrentam no sistema internacional, pode ser definida então como a responsabilidade de um ator de sofrer custos impostos por eventos externos, mesmo depois de as políticas foram alteradas. Nesse contexto, Keohane e Nye, afirmam que ter poder consiste na capacidade de cooperar para ser menos vulnerável que os outros.

Segundo Rogerson (2010) a interdependência tem sido usada cada vez mais para descrever interações entre agentes globais, e de forma geral significa que, eventos e situações em uma área são afetados ou influenciados por outra, e o fato mais importante nessa definição seria que essa relação é recíproca.

De forma simples, Keohane e Nye (2012 p,7) definem também interdependência como: “*interdependence means mutual dependence*”. Da mesma maneira conceituam dependência como: “*a state of being determined or significantly affected by external forces*”. Esses efeitos, seriam transações internacionais, fluxos de pessoas, de bens, de capital e mensagens através de fronteiras, porém também explicam que a relação de interdependência existe apenas quando há custos recíprocos ainda que não necessariamente simétricos para as transações. Dessa forma, é fundamental entender que ainda que a interdependência implique em situações de dependências mútuas, não significa que exista equilíbrio entre as partes. De fato, a assimetria é o que torna essa relação capaz de modificar o cenário internacional.

Essa relação de interdependência assimétrica torna possível uma influência dos atores participantes, podendo restringir a sua autonomia dessa forma, o ator menos dependente exerceria poder sobre o mais dependente.

Power can be thought of as the ability of an actor to get the others to do something they otherwise would not do (and at an acceptable cost to the other actor) Power can also be conceived in terms of control over outcomes (KEOHANE; NYE, 1989, p. 11)

Neste sentido, essa influência exercida nas relações seria uma forma mais branda de coerção. Dessa maneira, a interdependência complexa estabelece que a influência de forma branda faria parte das capacidades de poder do Estado, assim como a capacidade econômica e a militar, conforme a tabela a seguir:

	Comportamentos	Meios Fundamentais	Políticas Governamentais
Poder Militar	Coerção Restrições Proteção	Ameaças Forças	Diplomacia coercitiva Guerra Aliança
Poder Econômico	Indução Coerção	Pagamentos Sanções	Ajuda Suborno Sanções
Poder Brando	Atração Proposição da agenda	Valores Cultura Políticas Instituições	Diplomacia Pública Diplomacia bilateral e multilateral

Tabela 1

Identificado o *soft power* como uma força natural do cenário internacional sendo desempenhada por diversos atores que criam redes de conexões entre os países e culturas, devemos destacar que seu uso é sempre chancelado indireta ou diretamente pelo Estado através de políticas e investimentos conforme afirma Ribeiro (2011)

De fato, hoje, [...] todos os governos dedicam uma parcela dos recursos humanos e investimentos à tarefa de projetar seus valores culturais além de suas fronteiras. [...] Por mais independentes que sejam – e quase nunca o são – as relações culturais internacionais de qualquer natureza (Acadêmica, diplomática, espontânea etc.) se processam com o apoio claro ou velado dos Estados, quando não diretamente financiados por eles. (RIBEIRO, 2011, p. 61 e 68)

Essa dedicação de parcelas de recurso se apresenta como a vulnerabilidade do Estado, ou seja, sua capacidade de desprender recursos (por vezes financeiros, mas não limitado a eles) para alcançar ou se adaptar a mudanças no sistema internacional.

Segundo Mitchell que, em sintonia Ribeiro, afirma que a Diplomacia Cultural, representada nas políticas culturais externas, não podem existir de outra maneira se não em concomitância com o ambiente doméstico. “*Clearly, external cultural policy cannot be practiced in abstraction. It is validly will depend upon the vitality of the domestic scene. On international cultural policy. The two should ideally interlock*” (MITCHELL, 1986, p. 9).

Essa interação concomitante com o ambiente da política doméstica através de atores sub-estatais, mostra como os ministérios de assuntos estrangeiros dos países tiveram papel fundamental interna e externamente para a aplicação das ações culturais as políticas externas de seus respectivos países.

As chancelarias dos países estudados participaram intensamente das decisões relacionadas às políticas culturais, quer em nível de coordenação com os demais órgãos com responsabilidade no assunto, quer até mesmo em nível de produção, planejamento e controle de atividades específicas. (RIBEIRO, 2011 p. 68)

Com isso destacamos a força interna que a diplomacia cultural tem, nas fatias de orçamentos de ministérios e de planos de governo, segundo Ribeiro (2011), essa importância é demonstrada desde o fim da Segunda Guerra, onde os investimentos em cultura se tornaram constantes e independentes das variações políticas durante as décadas. “Apesar de as oscilações ocorridas, é assim lícito afirmar que a diplomacia cultural sempre foi privilegiada em termos humanos e financeiros no cômputo de gastos públicos[...]” (RIBEIRO, 2011, p.68)

A razão desses investimentos crescentes e constantes nessa área tão abstrata e por consequência tão avessa a avaliações se dá por conta da complexidade e da variedade do universo cultural

De fato, nenhum outro instrumento de aproximação entre povos será tão diversificado, tão dotado de recursos simbólicos e riquezas, ou de matrizes em permanente estado de transformação quanto as manifestações culturais. Exatamente por isso, nenhum outro será tão instintivamente percebido como patrimônio comum de toda a humanidade. Nenhum terá o significado que as atividades culturais evocam para o ser humano, sua capacidade de sensibilizar, de convencer, muito além dos limites de argumentos meramente políticos ou econômicos (RIBEIRO, 2011, p. 37)

Essa aproximação entre países que a cultura e a teoria da interdependência tornam possíveis se demonstra na instalação de empresas multinacionais, que ao implantarem sua base de produção no país receptor implantam sua cultura de negócios e essa rotina afeta as instituições sociais das áreas receptoras (como escolas, meios de comunicação, políticas públicas) como argumenta Herbert Schiller:

The implantation of expatriate executive staff; business education within both the firm and the schools in the host country that are established to provide indigenous managers and workers for international companies; the adoption of English as the *lingua franca* of international business; and the utilization of the talents and energies of (mostly) us-owned international advertising agencies and market research and polling firms. (SCHILLER *apud* ALMEIDA-SANTOS, 2012 p. 245)

Essas mudanças nas rotinas das instituições sociais concordam com o argumento apresentado por Deutsch (1953,1966) e Russett (1970):

Deutsch believed that increasing interdependence meant the formation of a community, Russett maintained that increased ties and transactions promote trade, migration, tourism, and cultural and educational exchanges which encourage voluntary political and economic co-operation (DEUTSCH; RUSSETT *apud* ROGERSON, 2010, p. 418)

O aumento das ligações entre os Estados manifestam mudanças nas suas políticas para gerar relações assimétricas capazes de garantir vantagem nas relações bilaterais. Isso posto, analisaremos no capítulo a seguir casos dos usos da diplomacia cultural, com um foco principal em ações para América Latina e principalmente Brasil, para atingir os objetivos políticos dos países.

3. Estudos de caso

3.1 O Caso Francês

A Influência francesa no Brasil, da segunda metade do século XIX até a o início do século XX é de fato inegável, isso se dá porque durante esse período na França acontecia a chamada Terceira República, período em que os governantes franceses decidiram investir em sua política cultural externa.

Desde o primeiro plano de Expansão da Cultura Francesa, a região da América Latina foi uma região alvo, em especial Brasil e Argentina que concentravam as maiores fatias dos orçamentos de cultura direcionados para a região.

Porém desde os tempos de Voltaire na corte do Rei Frederico II da Prússia, a França tem se destacado como pioneira quando falamos sobre políticas externas com aspectos culturais, na virada do século XIX para o XX, com o aumento de investimentos por parte da Terceira República, foram criadas diversas instituições para difusão da cultura francesa, em especial a língua e para educar as elites políticas e econômicas nos países. Dessa forma, a França conseguiria adquirir o favor dos países “amigos da França” e manter a hegemonia francesa nos aspectos culturais como, por exemplo, o fato de que até o ano de 1914 o francês era a língua diplomática oficial. De acordo com Santomauro

No plano Multilateral, os diplomatas franceses se esforçavam em manter o francês como a língua diplomática oficial mundial, assegurar a hegemonia cultural francesa por meio de sua língua e centralizar os esforços dos “amigos da França” no exterior. Para isso foi criada em 1883 a Aliança Francesa, uma

das mais importantes para a ação cultural francesa no exterior. (SANTOMAURO, 2012, p. 212)

É importante destacar não só o aspecto de manutenção da hegemonia que a Aliança Francesa buscava manter, mas também o papel econômico que a instituição buscava. Em seu primeiro boletim de fundação já era demonstrado esse aspecto comercial conforme afirma Kessler (1999, p. 375): “A língua francesa traz os costumes franceses; os costumes franceses levam à compra dos produtos franceses. Aqueles que sabem o francês se tornam um cliente da França” (Kessler *apud* SANTOMAURO, 2012, p. 213). Ainda segundo Kessler, o comitê criador da Aliança Francesa era composto de agentes do Estado, professores, jornalistas e profissionais ligados ao comércio e as finanças, todos viam de alguma forma, a disseminação da língua como um vetor principal para os campos do comércio.

Outra instituição importante para a diplomacia cultural francesa foram as missões católicas, embora a separação de Estado e Igreja tenha sido consolidada em 1905, o governo francês continuou incentivando congregações religiosas como a principal via de influência e fortalecimento do ensino de francês no mundo. Até 1905 mais de 50 mil missionários foram enviados mundo afora com ajuda governamental, representando cerca de 93% do total de gastos do orçamento dedicado a ação cultural francesa no exterior.

Para um dos filósofos fundamentais na formulação das políticas culturais francesas para a América Latina, Georges Dumas, a base da propaganda da época eram as congregações, para que o pensamento francês se propagasse era preciso que ele encontrasse alguém que soubesse falar e ler a língua, por isso o papel das congregações e dos missionários eram importantes, aliados obviamente com o papel da Aliança Francesa que buscava se inserir em partes mais laicas das sociedades.

Com isso podemos perceber o papel fundamental da chancela estatal promovida pelo governo francês no objetivo de se manter relevante no imaginário coletivo internacional.

Outro bom exemplo do empenho francês foi durante o período da Primeira Guerra, quando as congregações na América Latina desempenharam o papel de consolidadoras do pensamento das elites brasileiras de “amigas da França” enquanto a AF realizou uma propaganda francesa com a criação de comitês e associações de apoio à França, de acordo com Chaubet (2004):

Durante o conflito e nos dias seguintes, a Aliança Francesa, assim como os vários comitês formados pela circunstância (comitês “religiosos”), assumiu um papel muito ativo de propagandista e, com a colaboração do Ministério de

Relações Exteriores, participou na “guerra de palavras” fez uso das “armas psicológicas”, se abriu à “luta cultural”, todo vocabulário agora usado pelos contemporâneos (*apud* SANTOMAURO, 2012, p. 214)

Após a Segunda Guerra, o Quai d’Orsay centralizou a política cultural internacional francesa “[c]omo o único elemento concreto com que ela parece contar nesse momento para reconquistar sua grandeza” (SUPPO, 2016, p. 5)

Em períodos mais recentes podemos destacar a atuação francesa em território brasileiro oriunda da ação bilateral iniciada pelo Brasil, com o Ano do Brasil na França em 2005, que foi retribuído pela república francesa com o Ano da França no Brasil em 2009. A proposta elaborada pelos ministérios da cultura e relações exteriores de ambos os países era replicar o evento que ocorreu em 2005 na França, dando a oportunidade para produtos e artistas franceses divulgarem sua cultura e aprofundarem as relações comerciais. Segundo Bader, o evento marcou presença em 120 cidades brasileiras com 550 eventos oficiais sendo eles 340 projetos artísticos, 135 ligados ao mundo acadêmico e 50 de cooperação de diversas áreas do conhecimento, e assim como a versão brasileira, o viés comercial e econômico foi bastante explorado, com 100 empresas francesas vindo ao Brasil para prospectar oportunidades de negócio (BADER, 2003 *apud* AGUIAR, 2019, p. 243)

Um dos grandes argumentos usados contra os defensores das aplicações da cultura nas relações internacionais é o de que a alocação de recurso em programas de cultura não tem retorno visível, porém ao observarmos o caso francês percebemos que, além do retorno invisível, ou seja, a influência adquirida, houve também um retorno visível que foi a obtenção de U\$70 milhões ao ano de retorno proveniente de produtos editoriais (valor esse que correspondia a 20% do total gerado pelo mercado interno).

É importante ressaltar também o papel da atuação francesa para os assuntos culturais, principalmente seu papel no debate gerado na rodada Uruguai (1986-1994) do então GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), sobre incorporação de bens culturais aos acordos constituintes da OMC (Organização Mundial do Comércio), onde contrapôs a posição estadunidense de considerar os bens da cultura como produtos

A posição da França para qual a cultura não era um produto, mas um bem, o principal elemento constitutivo da identidade e dos valores de uma nação, e como tal, não deveria ser equiparada aos produtos comercializáveis, as nações [...] deveriam manter a autonomia de suas políticas públicas a fim de garantirem o acesso à maior diversidade cultural possível (LESSA, 2012, p.174)

3.1 O Caso Americano

De maneira distinta dos Franceses, os Estados Unidos começaram sua jornada cultural mais tardiamente, no século XX, essa inserção da política cultural americana se dá de acordo com a conjuntura da Primeira Guerra Mundial, com a industrialização do país e o surgimento das grandes corporações americanas. De acordo com Santomauro (2012, p. 225): “A filantropia americana cresceu na América Latina com o objetivo de expandir as classes médias no novo mundo e abrir mercado para a construção de estradas, eletricidade, produtos americanos”.

No entanto, ainda segundo Santomauro (2012, p. 226)., a sistematização de uma política cultural internacional norte-americana, foi baseada em dois princípios estabelecidos pelo presidente Woodrow Wilson, sendo eles: 1) Na garantia da democracia, nos moldes americanos, como valor universal; 2) No intervencionismo norte-americano no exterior, até ensinando os latino-americanos a elegerem os “homens certos”.

Esses princípios nortearam uma série de estratégias antes e durante a primeira guerra, muitas delas com bases na propaganda e divulgação de ideias wilsonianas tanto internamente, para convencer os americanos a lutar na guerra quanto externamente, para justificar a presença de militares no exterior. Para organizar toda a propaganda foi criado o *Comitee for Public Information* (CPI) em 1917 uma semana antes da entrada dos EUA na guerra. O CPI tinha uma plataforma que articulava a política governamental, de informação, culturais e de propaganda, para o esforço de guerra foi convocado diversos talentos para a produção de filmes, exposições, publicações, cartazes e pôsteres nos EUA e no exterior. Na América Latina, o CPI promoveu aulas gratuitas criou bibliotecas e salas de leitura para divulgar as publicações norte-americanas.

Com o fim da Primeira Guerra, o congresso norte-americano acabou com o CPI justificando que as suas ações serviam apenas para tempos de guerra, porém esse modelo foi reimplementado na Segunda Guerra Mundial por Nelson Rockefeller, que usou também a comunicação em massa para beneficiar a iniciativa privada. Com isso e como resposta ao perfil mais isolacionista adotado pelo congresso americano, as fundações do país retomaram a expansão intelectual, artística, linguística e cultural ao redor do mundo, financiando projetos e proporcionando o intercâmbio de professores e estudantes entre o Brasil e os EUA. Entretanto durante o pós-guerra, a Europa tornou-se o principal alvo das investidas culturais do Governo norte-americano.

Em contraponto a ação francesa no Brasil, de cunho mais elitista, a ação norte-americana buscava uma assimilação maior de sua cultura que foi criada com aspectos universais e fáceis

de serem assimilados esse esforço pode ser notado na carta do secretário de estado Cordell Hull para o vice-presidente da época, Henry Wallace:

As relações entre nossas nações não podem somente ficar nas relações entre diplomatas e diplomatas, líder político e líder político, ou entre empresário e empresário. Eles precisam também estar entre professor e professor, estudante e estudante, na confluência entre correntes de pensamento... Não é uma tarefa somente para o governo, mas para todos nós, os professores, os homens da ciência e do aprendizado (SANTOMAURO *apud* ARNDT, 2005, p. 69)

Os Estados Unidos se sofisticaram ainda mais com a proximidade da Segunda Guerra Mundial e incrementaram suas ações no Brasil e na América Latina como um todo, principalmente por meio dos novos investimentos e dos novos atores (Fundações) e dos novos instrumentos (filmes, propaganda, rádio) tornando as iniciativas francesas incapazes de competir pelo espaço de influência no país.

Além da inadequação da política cultural aos novos tempos, a França perdeu o papel de influenciador no Brasil também por conta das posições do governo Vargas. A diplomacia cultural francesa, pautada nas elites, ignorou o cenário político e o surgimento de novas lideranças que destoavam da elite paulistana, e enquanto isso a diplomacia cultural norte-americana se aprofundava, por meio da promoção da boa imagem dos EUA no Brasil através de agências criadas para “exportar” a cultura norte-americana e também pelo intercâmbio de estudantes entre os dois países.

Segundo Santomauro, entre as principais diferenças entre as políticas culturais americanas e as francesas se destaca a forma como são tratados os interesses econômicos

Enquanto as ações americanas se garantiam em grande parte pelo incentivo e financiamento privado, as ações francesas, ao contrário, baseavam-se no financiamento público, mesmo quando visavam ganhos econômicos das empresas francesas (SANTOMAURO, 2012, p. 239)

Dessa forma podemos entender que a expansão cultural americana andou lado a lado à expansão financeira dessa forma difundindo os valores, padrões de vida e costumes particulares à cultura americana.

3.2 O Caso Brasileiro

Em relação ao caso brasileiro podemos nos atentar a alguns fatos importantes, primeiro que, como já vimos, movimentações culturais que podem ser exploradas pelo Estado sempre existiram, as relações culturais internacionais existem como fenômeno nas relações internacionais e cabe aos tomadores de decisão explorarem essas vantagens relativas. Em

segundo lugar, a forma como o Brasil toma suas decisões de política externa para se posicionar no cenário internacional é de certo modo uma mescla das tradições estadunidense e francesa, visto que as decisões tomadas na esfera pública afetam a esfera privada e por vezes foram feitas para facilitar as relações privadas.

Para melhor explicar os fluxos da política externa brasileira que transformaram o país de principal receptor de ações de diplomacia cultural para um criador dessas ações, utilizaremos as análises das mudanças da política externa feitas por Vigevani e Cepaluni (2007)

As diferenças ideológicas e de concepções de mundo, as mudanças objetivas, os traços particulares de personalidades dos presidentes FHC e Lula da Silva e suas interpretações divergentes dos eventos internacionais são elementos de mudanças, assim como a substituição dos formuladores e executores da política externa (os ministros, os secretários-gerais, entre outros), que claramente possuem atitudes e visões de mundo distintas (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 280)

Apesar de serem elementos de mudanças, eles ainda não representam uma mudança total no paradigma, apenas na forma de como o processo de decisão é tomado, apesar das diferenças de perfis políticos e psicológicos entre os governantes o paradigma continua o mesmo. Lessa explica que esse paradigma esteve sempre voltado a paz e para o desenvolvimento:

a política externa brasileira estaria voltada para a paz e para o desenvolvimento, que seriam buscados por meio da redução das diferenças entre as nações ricas e as pobres, da promoção do respeito à igualdade entre os povos e da democratização efetiva do sistema internacional. (Lessa, 2020 p.71)

A mudança apresentada durante a transição seria então caracterizada principalmente pela diversificação de parceiros e estratégias de inserção internacional contando com maior presença em fóruns internacionais e impondo uma agenda social que conseguiu apoio de líderes mundiais como Chirac (França) e Lagos (Chile). Vigevani e Cepaluni também destacam a posição mais brasileira de demandar mais dos países desenvolvidos com o objetivo de equilibrar a geopolítica

Em seu governo, também parece existir um posicionamento mais demandante diante das nações desenvolvidas, construindo-se coalizões do Sul (IBSA ou G-3 e G-20), cujo objetivo seria alterar a geografia do poder mundial, buscando um melhor equilíbrio nas relações Norte-Sul (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 282)

Essa imposição da posição brasileira nas agendas internacionais implicou também na maior presença em relação aos negócios internacionais. Segundo Lessa, empresas como Weg, Braskem, Gerdau e Votorantim tiveram maior destaque no cenário internacional, conseguindo afirmar e manter uma presença forte no cenário internacional

A multiplicação de foros regionais e internacionais acompanha, em geral, a maior presença brasileira nos negócios internacionais. Além das empresas brasileiras que se internacionalizaram na década de 1970, como a Petrobras, a Mendes Júnior, a Odebrecht e o Itaú, novas companhias, como a Gerdau, a Braskem, a Votorantim e a WEG, passaram a atuar em distintos países, nos setores de mineração, prospecção, metalurgia, indústria civil, tecnologia (LESSA, 2020, p. 72)

Lessa explica ainda que para algumas correntes de análise esse novo momento na diplomacia brasileira significou não só a maior penetração de empresas brasileiras nas cadeias produtivas, mas também a superação estrutural da dependência do país.

Uma ação que vale destaque na ação cultural brasileira é o Ano do Brasil na França realizado em 2005 com uma parceria entre entes privados da cultura brasileira e o ministério das relações exteriores e da cultura. Em discurso na França na inauguração da ação, o então ministro da cultura, Gilberto Gil, afirmou que a ação tinha como objetivo apresentar um outro aspecto do Brasil e de sua cultura aos franceses, a fim de ampliar os esforços bilaterais

Ao longo deste ano, queremos propor aos franceses uma imagem significativa da variedade e intensidade da Cultura Brasileira, sem qualquer filtro ou mediações, a fim de evitar quaisquer simulacros e distorções [...]um outro aspecto importante é o impacto que essas relações bilaterais podem produzir em vários níveis, (...) sobre a expressão artística, o comércio de bens e serviços, o turismo e a política (GIL, 2005)

O Ano do Brasil na França é sem sombra de dúvidas o maior evento cultural já realizado pelo Brasil, ele apresentou em 161 cidades francesas cerca de 430 espetáculos e atividades culturais e artísticas, contou com aproximadamente 2000 artistas brasileiros de diversas áreas da cultura como cinema, artes plásticas, música, teatro e dança (Institut Français, 2019 *apud* AGUIAR, 2019, p. 242)

A economia brasileira também não foi deixada de lado, durante o evento a Agência Brasileira de Promoção a Exportação e Atração de Investimentos (APEX-BRASIL), incentivou diversos setores da indústria brasileira a exportarem seus produtos à França, esse movimento

gerou importações de US\$450 milhões de dólares por parte dos franceses (Ministério da Cultura, 2006 *apud* AGUIAR 2019, p. 243).

Segundo Lessa (2012, p.179) , o Brasil sempre foi um grande importador de bens culturais. Em 2003, a balança comercial era negativa e em comparação com dados de 1994 Lessa (2012, p.179) demonstra que o Brasil estava com uma balança comercial com números bem piores, importando cerca de 150% a mais do valor de exportações do ano, cerca de 56%. Durante o ano de 2003 alguns fatores internos contribuíram para reduzir esse valor e aumentar as exportações nos anos futuros, como por exemplo a criação da zona livre de Manaus em 1990 e a diminuição de 50% do preço dos jogos eletrônicos. Lessa (2012, p.180) também conta que os principais parceiros do Brasil eram Estados Unidos, com cerca de 28% das importações e Inglaterra com 16% nesse relatório, a França não figura entre os parceiros comerciais brasileiros.

Segundo o relatório da UNCTAD chamado “*Creative Economy Outlook: Trends in International Trade in creative industries*”, que se propõe a mostrar um olhar sobre a economia criativa no mundo de 2005 a 2015 e pela primeira vez trazer um panorama geral de 130 economias mundiais em relação ao setor, a balança comercial de bens culturais nos anos de 2005 a 2009 foi positiva para o Brasil, tendo como principais parceiros comerciais Estados Unidos (em primeiro) e França (em segundo) exportando cerca de 482 milhões de dólares para os dois países e importando cerca de 97 milhões de dólares no total dos dois países.

Levando em conta os dados apresentados podemos afirmar que não apenas as mudanças internas tornaram o Brasil menos vulnerável em relação a trocas comerciais de bens culturais, mas também as ações de diplomacia cultural, como o Ano no Brasil da França e o Ano da França no Brasil beneficiaram os dois países, com trocas comerciais e a posição de segundo lugar nos principais parceiros comerciais brasileiros para a França.

4. Conclusão

A cultura, por ser a suprema manifestação da sociedade é gerada por seus indivíduos e influencia todas as decisões da vida cotidiana, Menezes (2011) explica que as decisões políticas, econômicas e comportamentais passam por filtros culturais estabelecidos pelo imaginário coletivo de uma sociedade. Decisões no âmbito social, comportamental, econômico e político passam, necessariamente, pelo tipo de cultura estabelecido em uma sociedade.

O papel do Estado em relação as atividades culturais são importantes pois “podem desempenhar um papel importante na superação de barreiras na promoção de cooperação e na redução de desconfianças mútuas” reduzir essas desconfianças pode significar se tornar menos vulnerável em relação a outros países que se tem relação de dependência, A dependência, de acordo com a definição de Keohane e Nye, seria uma relação onde um Estado é muito afetado ou significativamente determinado por forças externas, do mesmo modo, os autores conceituam a interdependência como uma dependência mútua esses efeitos, seriam transações internacionais, fluxos de pessoas, de bens, de capital e mensagens através de fronteiras, porém também explicam que a relação de interdependência existe apenas quando há custos recíprocos ainda que não necessariamente simétricos para as transações.

Pode-se concluir portanto, que as iniciativas brasileiras de diplomacia cultural tiveram uma influência dos modelos franceses, que envolvem muita ação estatal, em especial com as visitas presidenciais e as iniciativas da Apex-Brasil com o Ano do Brasil na França. Conforme descrito durante os capítulos, os resultados da diplomacia cultural são de difícil aferição por tratar-se de uma dificuldade das ciências sociais visto a impossibilidade de verificar os resultados dos esforços obtidos. Como já mencionamos, a diplomacia cultural não é um fim em si, mas um meio para alcançar outros objetivos. Aferir esses objetivos é de fato um desafio, porém, se analisarmos o caso brasileiro, que tinha como objetivo da política externa se tornar mais independente, e se entendermos independência como menor vulnerabilidade nos termos da interdependência complexa, podemos observar o sucesso em parte das ações culturais brasileiras, com principalmente com o Ano do Brasil na França e seu sucessor recíproco francês, que possibilitou entre outros uma melhora na balança comercial em comparação com 1994, 2003 e 2005. Além disso, as relações Brasil-França se tornaram mais próximas, diminuindo assim a vulnerabilidade brasileira em no sistema internacional.

A diplomacia cultural por sua vez deve ser levada em conta nas ações brasileiras como forma de mitigar desconfianças, lograr ganhos e alavancar sua agenda internacional por meio das relações amistosas. Seu uso, segundo Ribeiro, deveria ser considerado como um instrumento que viabiliza efetivamente a inserção externa do país, e que contribua para consolidar a identidade nacional, o autor ainda lembra, que o trabalho da diplomacia cultural é de longo prazo e seus desdobramentos raramente são vistos no espaço de uma geração. Nesse sentido, a diplomacia cultural pode ser um dos maiores instrumentos disponíveis para um país se desenvolver.

Referências:

AGUIAR, MONICAPORTELLA. O ANO DO BRASIL NA FRANÇA E O DA FRANÇA NO BRASIL: OS IMPACTOS ECONOMICOS DA DIPLOMACIA CULTURAL. REV. CADERNOS DE CAMPO, ARAQUARA, ano 2019, n. 27, p. 235-256, jul/dez 2019. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/12673>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

AMORIM, C. BRAZILIAN FOREIGN POLICY UNDER PRESIDENT LULA (2003-2010): AN OVERVIEW. REV. BRAS. POLIT. INT., v. 53, n. spe, p. 214-240, dec 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000300013>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BIJUS, Leila; ARRUDA, Veronica. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. Available from <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/2912/1824>>. Acesso em 16 de maio de 2020.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política Available from <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>> Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

Carlos, L. A. História das Relações Internacionais do Brasil (Coleção Temas Essenciais em RI). São Paulo: Editora Saraiva, 2020. 9788571441293. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441293/>. Acesso em: 16 Mar 2021

Cull, Nicholas J. Public Diplomacy: Taxonomies and Histories. in The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science. 2008 Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0002716207311952>> Acesso em: 24 de maio de 2020

GOFF, P.M. CULTURAL DIPLOMACY. In: COOPER, A.F.; HIENE, J.; THAKUR, R. (Eds.). THE OXFORD HANDBOOK OF MODERN DIPLOMACY. [S.l.]: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2013.

Gomes, Aline B. P. Percepções, imagens e diplomacia cultural: algumas considerações sobre o caso brasileiro. Available from <https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/download/39801/22889>. Acesso em 24 de maio de 2020

KEOHANE, R.O.; NYE, J.S. POWER AND INTERDEPENDENCE. . ed. [S.l.]: LONGMAN CLASSICS, 2012.

LESSA, Mônica Leite. CULTURA E POLÍTICA EXTERNA: O LUGAR DO BRASIL NA CENA INTERNACIONAL (2003-2010). In: SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA, Mônica Leite. A QUARTA DIMENSÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A dimensão cultural. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

MELISSEN, J. PUBLIC DIPLOMACY. In: COOPER, A.F.; HIENE, J.; THAKUR, R. (Eds.). THE OXFORD HANDBOOK OF MODERN DIPLOMACY. [S.l.]: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2013.

MENEZES, Clarice C Ferreira. Identidade Nacional e Poder nas Relações Internacionais: Uma breve trajetória da construção da política de diplomacia cultural brasileira Available from <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300909385_ARQUIVO_ANPUH-2011ClariceCristineFerreiraMenezes.pdf>. Acesso em 09 de maio de 2020.

MITCHELL, J.M. INTERNATIONAL CULTURAL RELATIONS: KEY CONCEPTS IN INTERNATIONAL RELATIONS. . ed. Londres: Allen&Unwin, 1986.

RIBEIRO, Edgard Telles. Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/824-Diplomacia_Cultural_-_Seu_papel_na_Política_Externa_Brasileira_2011.pdf>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

ROGERSON, KENNETHS. INFORMATION INTERDEPENDENCE: Keohane and nye's complex interdependence in the informational age. INFORMATION, COMMUNICATION & SOCIETY, v. 3, ano 3, p. 415-436, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13691180051033379>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

ROZENTAL, A.; BUENROSTRO, A. BILATERAL DIPLOMACY. In: COOPER, A.F.; HIENE, J.; THAKUR, R. (Eds.). THE OXFORD HANDBOOK OF MODERN DIPLOMACY. [S.l.]: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2013.

Rozental, Andrés; Buenrostro, Alicia. Bilateral Diplomacy in The Oxford Handbook of Public Policy. [s.l.] Oxford University Press, 2008. Disponível em <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199548453.001.0001/oxfordhb-9780199548453> Acesso em: 24 de maio de 2020

SANTOMAURO, Fernando. DE BRÉSIL TO BRAZIL. A POLÍTICA CULTURAL COMO INSTRUMENTO DE PODER: os casos da França e dos Estados Unidos na primeira metade do século xx. In: SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA, Mônica Leite. A QUARTA DIMENSÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A dimensão cultural. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012. p. 179;180;178.

SANTOS, Sandro Martins de Almeida. OS ESTADOS UNIDOS E A LEGITIMAÇÃO DO INGLÊS COMO LINGUA INTERNACIONAL. In: SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA, Mônica Leite. A QUARTA DIMENSÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A dimensão cultural. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012. p. 179;180;178.

SUPPO, Hugo Rogelio. O PAPEL DA DIMENSÃO CULTURAL NOS DIFERENTES PARADIGMAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. In: SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA, Mônica Leite. A QUARTA DIMENSÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A dimensão cultural. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

U.S. Department of State. Cultural diplomacy: the linchpin of public diplomacy. 2005 disponível em: <https://2009-2017.state.gov/pdcommission/reports/54256.htm#:~:text=Cultural%20diplomacy%20is%20the%20linchpin,of%20itself%20is%20best%20represented.&text=This%20view%20diminishes%20our%20ability,hope%20for%20oppressed%20peoples%20everywhere>. Acesso em: 10 dez 2020

UNCTAD. CREATIVE ECONOMY OUTLOOK: TRENDS IN INTERNATIONAL TRADE IN CREATIVE INDUSTRIES. 2019. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditcted2018d3_en.pdf Acesso em: 04 fev 2021

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto int.*, Rio de Janeiro , v. 29, n. 2, p. 273-335, Dec. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Oct. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292007000200002>.